



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS ANTÔNIO MARIZ – CAMPUS VII
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Iva Érica Santos de Oliveira

**CONTROLE SOCIAL: UMA ANÁLISE DA SUA EXECUÇÃO NO CAMPUS DA
UFRN NO MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN**

PATOS - PB

2015

Iva Érica Santos de Oliveira

**CONTROLE SOCIAL: UMA ANÁLISE DA SUA EXECUÇÃO NO CAMPUS DA
UFRN NO MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Administração da
Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à
exigência para obtenção do grau de Bacharel em
Administração.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Nunes Guimarães

PATOS - PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48c Oliveira, Iva Érica Santos de
Controle Social [manuscrito] : uma análise da sua execução no
Campus da UFRN no Município de Caicó - RN / Iva Érica Santos
de Oliveira. - 2015.
25 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2015.
"Orientação: Prof. Dr. Carlos Nunes Guimarães, CCEA".

1. Controle Social. 2. Democracia. 3. Cidadania. 4.
Administração Pública. 5. Tecnologia da Informação. I. Título.
21. ed. CDD 351

Iva Érica Santos de Oliveira

**CONTROLE SOCIAL: UMA ANÁLISE DA SUA EXECUÇÃO NO CAMPUS DA
UFRN NO MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Administração da
Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à
exigência para obtenção do grau de Bacharel em
Administração.

Aprovado em 18/10/2015

Prof. Dr. Carlos Nunes Guimarães/ (UEPB)

Orientador

Prof.ª Msc. Ayalla Cândido Freire/ (UEPB)

Examinadora

Prof. Msc. Odilon Avelino da Cunha/ (UEPB)

Examinador

PATOS - PB

2015

CONTROLE SOCIAL: UMA ANÁLISE DA SUA EXECUÇÃO NO CAMPUS DA UFRN NO MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN

Iva Érica Santos de Oliveira¹
Orientador: Prof. Dr. Carlos Nunes Guimarães²

RESUMO

Em meio à conturbada situação política do Brasil, observa-se a necessidade de se realizar mais ativamente o Controle Social, controle este que coloca os cidadãos como atuantes nas decisões e na fiscalização dos atos públicos, visando o bem da coletividade e que se tornou mais simplificado a partir do uso das Tecnologias de Informação. Subtendendo-se que no âmbito acadêmico são moldados os sentidos críticos dos cidadãos, esta pesquisa buscou analisar se e como os estudantes universitários do campus da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no município de Caicó/RN estão exercendo o seu Controle Social a partir da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação disponíveis, e retratar quais são e o nível de utilização dessas TIC's, além da percepção destes alunos acerca das demais práticas de execução do Controle Social. Para isso foram utilizados como técnica de pesquisa questionários estruturados com perguntas abertas e fechadas. A partir da análise dos dados foi possível identificar que o controle social por meio das TIC's não está sendo exercido, bem como, também não está sendo praticado através de outros meios, o que significa que os cidadãos que responderam à pesquisa não estão exercendo sua cidadania, mostrando a necessidade de um incentivo à mudança cultural dos mesmos para que não mantenham-se alheios à coisa pública.

PALAVRAS-CHAVE: Controle Social. Democracia. Cidadania. Administração Pública. Tecnologia da Informação.

1 INTRODUÇÃO

Diante do cenário político atual, em que o país enfrenta sucessivos escândalos envolvendo desvios de verbas públicas, observa-se a necessidade de ser feito um controle maior sobre a atuação da gestão pública. Controle este, que pode ser desempenhado não apenas pelos órgãos fiscalizadores já existentes, como também pelos próprios cidadãos.

Esse tipo de controle exercido pelos cidadãos é denominado como Controle Social, entendido como o ato do cidadão participar politicamente, tomando decisões conjuntas, compartilhando a administração, opinando sobre o que são as prioridades e fiscalizando a aplicação dos recursos públicos. Da mesma forma confirmar, reformar ou anular atos

¹ Discente da Universidade Estadual da Paraíba – Campus VII, Patos/PB. E-mail: ivaericaso@gmail.com

² Docente da Universidade Estadual da Paraíba – Campus VII, Patos/PB. E-mail: carlosguimaraesp@hotmail.com

públicos, com base na legislação, para a defesa do patrimônio público e dos direitos fundamentais idealizados pela Constituição Federal. (LOCK, 2004).

Nesse contexto, a Administração Pública passa a ser responsável por gerenciar as políticas e planos de ação que são elaborados para fins de utilização da população como um todo, devendo respeitar o interesse coletivo, cabe então à população exercer o seu controle social contribuindo para que haja o compartilhamento dessas funções sociais entre o Estado e a sociedade.

De acordo com a Constituição Federal (1988), a Administração Pública Brasileira obedece aos princípios da legalidade, onde o gestor deve agir sob a lei imposta; impessoalidade, não podendo o gestor fazer sua autopromoção, pois atua em nome do interesse público; moralidade, devendo atuar com bases éticas; publicidade, operando com transparência a fim de que a sociedade tenha acesso às informações das atividades feitas e eficiência, que deve nortear a gestão no sentido de produzir resultado de modo rápido e preciso de maneira que os resultados de suas ações satisfaçam, plenamente, as necessidades da população (BRASIL, 1988).

O princípio da publicidade, como citado anteriormente, diz respeito à obrigação de dar transparência, levar ao conhecimento de todos os seus atos, contratos ou instrumentos jurídicos como um todo (BRASIL, 1988). Isso confere a possibilidade de qualquer pessoa questionar e controlar toda a atividade administrativa que deve representar o interesse público, sem a transparência dos atos públicos não há possibilidade de exercer o Controle Social.

Para tornar viável o princípio constitucional da publicidade e facilitar o Controle Social, foram criados diversos dispositivos jurídicos, entre eles, o art. 5º da Constituição Federal que fala sobre os direitos fundamentais do cidadão e defende em seu texto que os órgãos públicos devem fornecer informações à sociedade, tornando os seus atos mais transparentes e também a Lei de Acesso à Informação, que dispõe sobre os procedimentos que o Estado deve observar para garantir o acesso a essas informações como previsto no referido artigo.

Mais do que um direito, é uma forma de exercer a cidadania que é concedida à população e reivindicar ativamente o que de fato é necessário naquele momento, além de descobrir onde estão sendo aplicadas as verbas públicas, e se essa aplicação condiz com as necessidades da população. É a melhor forma de aproximar o cidadão ao Poder Público para cobrar o que foi prometido e o que se necessita.

O seu exercício deveria ser impulsionado em todos os âmbitos para que fosse construída uma tradição na sociedade de se manter ativa perante as questões políticas do município, estado, região e país em que reside, principalmente no setor acadêmico que é onde as opiniões são formadas e o cidadão é moldado.

Nessa esfera, destacam-se as TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação) como ferramentas que auxiliam na execução do controle social e transparência pública. De acordo com Szeremeta (2005), tais tecnologias foram desenvolvidas sob medida para possibilitarem uma participação, na medida em que inibem as desculpas técnicas para a falta de transparência de governos e empresas, e para as dificuldades de comunicação entre os cidadãos, políticos e funcionários públicos, facilitando o trabalho em rede e a criação de domínios compartilhados de interesse comum.

Diante disso, o presente trabalho visa responder ao seguinte problema: Os estudantes universitários do campus da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no município de Caicó/RN estão exercendo o seu Controle Social a partir das ferramentas de Tecnologias de Informação e Comunicação disponíveis e de outros meios?

Baseando-se na problemática desenvolvida, o objetivo do trabalho está fundamentado em analisar a participação dos estudantes universitários do campus da UFRN no município de Caicó/RN sob o exercício do Controle Social. E se propõe especificamente a identificar se os alunos universitários do campus da UFRN no município de Caicó/RN estão exercendo o Controle Social através das novas tecnologias, descobrir quais são e o nível de utilização dessas TIC's e retratar a percepção desses alunos acerca das demais práticas de execução do Controle Social.

Sobre a justificativa de realização do trabalho, do ponto de vista teórico, torna-se relevante pelo fato dos estudos que mostram e retratam a visão do cidadão, diante desse novo contexto, serem escassos e por retratar o contexto de um município específico perante a forma de execução do controle social. Além de contribuir para o aprofundamento e o acréscimo para os estudos sobre a área nessa perspectiva.

A relevância social se dá a partir dos resultados obtidos que retratam o perfil dos estudantes universitários do município sobre a ótica da execução do controle social, possibilitando que os órgãos públicos identifiquem qual a melhor forma de atuar, de modo que este controle social seja mantido ou incentivado.

Sob o ponto de vista prático, a pesquisa se justifica pela caracterização do cenário que essas tecnologias, representadas por sites do governo, ocupam e proporciona uma visão para o

Estado do alcance que as mesmas estão conseguindo, sendo possível a partir disso efetuar melhorias para maior eficiência dessas ferramentas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Democracia e Cidadania

Democracia e cidadania são termos que se completam, um está intimamente ligado ao outro. Bobbio (1986, p.9 apud TAVEIRA 2009, p.1) diz que o sistema de governo democrático pode ser visto como “um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”, representando desta forma o princípio de controle social a partir da defesa da participação dos cidadãos, caracterizados como também interessados em atuar em conjunto com o Estado.

Loureiro (2009) defende que “pode-se afirmar que cidadania é o direito a ter direitos, além do dever de lutar por estes. Não é só isso porém; cidadania também representa a necessidade de reconhecimento de novos direitos”, ou seja, é um vínculo que cada cidadão possui e que lhe confere o direito e a responsabilidade de participar ativamente da vida política do Estado e pode ocorrer através de várias formas como o voto, o referendo, plebiscito, por meio da iniciativa popular ou de um controle sobre os atos dos dirigentes governamentais, verificando e fiscalizando se as ações governamentais estão de acordo com o interesse coletivo e conforme a lei.

Sendo assim, o controle social é relatado tanto na conceituação de democracia quanto na de cidadania, enfatizando características que devem ser impulsionadas enquanto o ser cidadão e exercer a cidadania concedida através da execução do controle social, e demonstrando que as duas devem andar juntas para que ele funcione de fato.

Dessa forma a participação do cidadão deve ser estimulada e fortalecida e para isso são necessários investimentos tanto em mecanismos eficientes como na conscientização do cidadão sobre o seu papel neste cenário. Mas de acordo com Baquero e Baquero (2007) “constatam-se lacunas e deficiências na compreensão sobre quais mecanismos funcionam (ou não) no envolvimento dos cidadãos para uma participação mais protagônica”, o que enfatiza a

necessidade de realização de estudos sobre esse tema a fim de que o Controle Social possa ser exercido devidamente trazendo benefícios para toda a sociedade.

2.2 Administração Pública e Controle Social

A Administração Pública passou por um intenso processo de mudança na metodologia de gestão pública nestes últimos anos, e essas mudanças buscaram conseguir atingir um Estado mais democrático que atendesse às necessidades da sociedade.

Silva (2013) atesta que:

A Administração Pública pode ser entendida como um conjunto de órgãos e de servidores que, mantidos com recursos públicos, são encarregados de decidir e implementar as normas necessárias ao bem-estar social e das ações necessárias à gestão da coisa pública. (SILVA, 2013, p. 2).

Frequentemente se adota a gestão pública em termos de três modelos que são a Administração Pública Patrimonial, Administração Pública Burocrática e Administração Pública Gerencial, cujo objetivo é suprir uma deficiência do modelo anterior, introduzindo novos conceitos ou mudando conceitos ineficientes ou nocivos ao aparelhamento do Estado (SILVA, 2013). Caracterizando-se como um processo de aperfeiçoamento da prestação de serviços à população pelo Estado.

O modelo de Administração Pública Patrimonial, surgido no final do século XIX, era caracterizado pela total inversão dos papéis, Bresser-Pereira (2001) assegura que a havia a confusão entre o patrimônio privado do príncipe com o público, vivia-se da renda do Estado em vez da renda das próprias terras. A Administração Pública atendia os desejos de uma minoria deixando totalmente de lado o interesse da sociedade.

O modelo burocrático, surgido entre 1930 e 1995, foi pautado pelo mesmo autor como serviço civil profissional em normas rígidas quanto a seus procedimentos administrativos, sendo que carrega como característica da Administração Pública a confusão do privado com o público, mediante o clientelismo (BRESSER-PEREIRA, 2000).

O terceiro modelo surgido após 1995, que é o da Administração Pública Gerencial conceituada como nova gestão pública (NGP) a qual segundo Ferlie et al. (1999 apud AYRES, 2006) contempla o impulso a eficiência, descentralização, excelência e persuasão da excelência, entretanto também é apontado que apesar das grandes transformações ocorridas

nas últimas décadas, algumas características tradicionais não foram excluídas como o personalismo decorrente na Administração Pública.

Baracchini (2002) confirma que os movimentos da Administração Pública Gerencial são oriundos de uma necessidade de democratização das políticas e extensão do acesso aos serviços públicos para toda a população, sendo que o gargalo apresentado nas empresas públicas é o não cumprimento de metas coletivas o que revela a comparação entre a eficiência, eficácia e efetividade de empresas estatais e privadas.

Dessa forma, a sociedade passa a ser vista como avaliadora do serviço prestado, pois somente ela poderá efetuar-la, uma vez que a função principal da Administração Pública é servir ao cidadão-cliente de todos os serviços oferecidos e com qualidade. Esta avaliação, só será possível a partir da execução do controle social, a maior ferramenta que o cidadão tem de avaliar e cobrar aquilo que não está sendo oferecido devidamente.

Mas, diante desses três modelos citados com mais frequência, existe o modelo de Administração Pública Societal, que teve sua origem nos movimentos sociais brasileiros entre o início dos anos 1960 e nas três décadas seguintes. Enquanto o modelo gerencial se prende mais ao discurso, o modelo societal se apresenta com o foco na prática enfatizando a participação social e procurando estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento brasileiro, a estrutura do aparelho de Estado e o paradigma de gestão, além de ressaltar a elaboração de estruturas e canais que viabilizem a participação popular. Na gestão societal destaca-se a elaboração de experiências de gestão focalizadas nas demandas do público-alvo, incluindo questões culturais e participativas (PAULA, 2005).

Esse último modelo é o mais voltado à participação popular. De acordo com o Portal da Transparência, participação e Controle Social estão intimamente ligados, pois a partir da participação na gestão pública, os cidadãos podem intervir na tomada da decisão administrativa, orientando a Administração de modo que as medidas adotadas atendam de fato ao interesse público e, ao mesmo tempo, exercendo o controle sobre a ação do Estado, exigindo que o gestor público preste contas de sua atuação, o que caracteriza perfeitamente o Controle Social.

Cabe ao cidadão analisar se de fato os serviços oferecidos pelo Estado estão sendo de qualidade, eficientes e eficazes, e isto torna-se possível a partir do Controle Social. Em O Contrato Social, Rousseau (2006), faz referência ao Controle Social enfatizando que a liberdade de um povo só é possível quando as leis buscarem a igualdade e forem submetidas à vontade coletiva e não à vontade de um indivíduo ou de apenas um grupo.

Em sua obra, Lock (2004) aponta o Controle Social agindo conjuntamente com a democracia e com a cidadania, quando diz que a democracia participativa só será consolidada quando os cidadãos fizerem uso dos mecanismos e de todas as possibilidades existentes de controle, fazendo com que o sentimento de dever dos governantes perante a sociedade seja engrandecido, ao ponto de que eles percebam que devem ouvi-la e prestar contas de suas gestões.

E estes mecanismos e possibilidades citados por Lock foram elencados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em um guia de Participação e Controle Social e que a partir desse guia foi montado um quadro que aponta os principais dentre os vários mecanismos que possibilitam a execução do Controle Social existentes, com a descrição da função de cada um, que está constante no Apêndice A deste artigo. É importante destacar que os principais mecanismos de estudo deste artigo são as TIC's e serão apresentados mais a frente.

Dessa forma, o exercício do controle social é de suma importância não só para o cidadão, que tem o direito assegurado de escolher seus representantes e acompanhar todo o mandato desses, supervisionando e avaliando a tomada das decisões administrativas, bem como para o Estado que encontra um aliado no cidadão consciente, para fiscalizar e atender o interesse coletivo.

2.3 Fundamentos Legais do Controle Social

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi estabelecida “uma nova concepção da participação popular na Administração Pública. O país estava saindo de uma situação de eleições indiretas para Presidente da República e o encerramento de um regime que não permitia tal participação no governo” (ASSIS, 2013, p. 05).

A sociedade atualmente conta com inúmeras bases legais que asseguram o direito a exercer o seu controle social, entre elas as principais a serem abordadas durante o estudo serão as apresentadas a seguir.

A Lei de Iniciativa Popular é uma delas, que concede aos cidadãos o direito de tomar iniciativas das leis complementares e ordinárias em conjunto com o governo, que está retratada no artigo 61 § 2º da Constituição Federal e diz que:

A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional,

distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles. (BRASIL, 1988).

O art. 5º da Constituição no inciso LXXIII refere-se à Ação Popular e resguarda que qualquer cidadão pode propor alguma ação popular que vise defender o patrimônio público ou entidade de que o Estado participe, a moralidade administrativa, o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural, sendo isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, exceto se for comprada má-fé (BRASIL, 1988).

A Lei de Improbidade Administrativa também é uma das bases legais que faz jus à punição dos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências e o cidadão tem o direito de denunciar caso alguma dessas irregularidades sejam praticadas (BRASIL, 1992).

Outra lei de total importância que garante que os serviços prestados pelo Estado devem ser legais é a Lei da Responsabilidade Fiscal, que no art. 1º . §1º relata:

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. (BRASIL, 2000).

Os fundamentos legais abordados em conjunto com outras medidas são responsáveis por assegurar a legitimidade do cidadão em razão de fiscalizar, executar e participar diretamente na administração do Estado. Como apontado em Brasil (2013), existem recursos jurídicos que auxiliam no exercício do Controle Social, sendo os principais a Ação Popular, já mencionada anteriormente neste artigo, que possibilita a qualquer cidadão desde que seja eleitor exercer a censura direta dos atos do poder público na esfera da ética política e a Ação Civil Pública que pode ser exercida pelo Ministério Público e outras entidades legitimadas para a defesa de interesses difusos, coletivos e individuais e não pode ser utilizada para a defesa de direitos e interesses puramente privados e disponíveis.

2.4 Tecnologias da Informação e Comunicação e Controle Social

As inúmeras mudanças ocorridas ao longo dos anos, principalmente os avanços tecnológicos, possuem impactos tanto nas esferas privadas como públicas e impulsionam mudanças nos processos para que o que se propõe seja oferecido da melhor forma possível, o que gera mais impactos nas demais áreas envolvidas nos processos, e uma das principais inovações tecnológicas foi a criação e contínuo aprimoramento da internet.

A internet tomou proporções enormes, facilitando a comunicação e possibilitando que ocorra a troca de informações de forma rápida e sem barreiras geográficas, reduzindo custos e tornando os processos mais flexíveis e devido a isso, percebe-se cada vez mais a inserção de órgãos públicos na rede de internet.

De acordo com Diniz (2000) os serviços públicos podem ser democratizados e melhorados por meio do uso da internet pelo setor público, facilitando o relacionamento e as transações entre o cidadão e o governo, pois os serviços públicos oferecidos pela internet podem ser obtidos de forma mais rápida, o que aumentaria a eficácia governamental no atendimento desses cidadãos, além de auxiliar na transparência das informações públicas relativas à atividade de deputados e senadores, traz consigo um enorme potencial de instrumentalizar práticas de interação entre sociedade civil e parlamentares.

Os órgãos públicos responsáveis pela fiscalização da aplicação dos recursos federais que possuem sítios na internet e que são elementos utilizados no estudo estão citados no site do Portal da Transparência do Governo Federal, com exceção do TCM (Tribunal de Contas dos Municípios) pelo fato da não existência no estado estudado, são os seguintes:

- Controladoria-Geral da União (CGU) – seu papel é verificar se o recurso federal está sendo usado adequadamente ou se está sendo desviado para outras finalidades. Não atua sozinha e recebe e apura denúncias que envolvem servidor federal, ou órgão, ou entidade do Governo Federal.
- Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas – fiscalizam as prefeituras e os governos estaduais, recebem e apuram denúncias e podem até afastar administradores envolvidos em corrupção (prefeitos, governadores, secretários etc.).
- Ministério Público Estadual (MPE) e Ministério Público Federal (MPF) – os Promotores de Justiça e os Procuradores da República, integrantes do Ministério Público, defendem os interesses da sociedade, portanto também recebem e investigam

denúncias de desvios de verbas públicas e propõem ações judiciais visando à punição dos envolvidos e ao ressarcimento dos recursos desviados. A diferença entre os dois é o âmbito de atuação: o MPF atua nos casos que envolvem recursos federais e o MPE, quando os recursos forem estaduais e municipais.

- Poder Judiciário (Juízes e Tribunais de Justiça) – são eles que dão a última palavra: decidem quem vai ou não ser punido, quem deve ou não ir para a cadeia, quem perde ou não o mandato etc. Mas só agem se forem acionados por alguém: pelo promotor de Justiça, por exemplo, ou por qualquer pessoa, mas neste caso precisa haver assistência de um advogado.
- Tribunais de Contas dos Estados (TCE) – existem em todos os estados. Fazem fiscalizações e auditorias, por iniciativa própria ou por proposta do Ministério Público, além de examinar e julgar a regularidade das contas dos gestores públicos estaduais e municipais (nos estados onde não existem TCMs) que podem ser governadores, prefeitos, secretários estaduais e municipais, ordenadores de despesas e dirigentes de autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedades de economia mista.
- Tribunal de Contas da União (TCU) – julga a boa e regular aplicação dos recursos públicos federais e auxilia o Congresso Nacional no controle externo da Administração Pública Federal e no julgamento das contas do Presidente da República

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da Pesquisa

Para caracterizar a pesquisa, toma-se como base a metódica proposta por Beuren e Raupp (2003), que consideram as seguintes categorias de tipologias de pesquisa: quanto aos objetivos – pesquisa exploratória, descritiva e explicativa; quanto aos procedimentos – estudo de caso, pesquisa bibliográfica, documental, participante e experimental; e quanto à abordagem do problema – pesquisa qualitativa e quantitativa.

Quanto aos objetivos a pesquisa se caracteriza como sendo descritiva, pois descreve as características de uma amostra em relação à forma e execução do controle social. Gil (2010) defende essa ideia como sendo o objetivo primordial de uma pesquisa descritiva e que através

dela ocorre o estabelecimento de relações entre variáveis; e também se caracteriza como exploratória, pois tende a proporcionar maior compreensão do problema, além de constituir hipóteses utilizando-se de levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Segundo Yin (2001 apud GIL, 2010, p.54) o estudo de caso é visto atualmente como “o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos”, sendo assim, em relação aos procedimentos adotados para realização do estudo, a pesquisa denomina-se como um estudo de caso, pois visa um estudo mais delimitado sobre um objeto específico que é o exercício do controle social no âmbito acadêmico.

No que se refere à abordagem do problema, a pesquisa pode ser classificada como qualitativa e quantitativa; a primeira por se tratar de estudo que pretende responder a questões particulares de um caso específico e a segunda por utilizar métodos estatísticos que quantificam os dados coletados e analisados.

Segundo Minayo et al (2007, p. 21), a abordagem qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Já a pesquisa quantitativa caracteriza-se pela utilização de instrumentos estatísticos tanto na coleta quanto no tratamento dos dados, e se destaca ao ter a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitando que ocorram distorções de análise e interpretação (BEREN, RAUPP, 2003).

3.2 Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu por meio de aplicação de questionários estruturados com perguntas abertas e fechadas, que estão constantes no apêndice C desta pesquisa, o que possibilitou a mensuração do que se objetivou com o estudo de forma clara e coesa.

Não houve esclarecimento prévio específico sobre o que seria o controle social, mas as questões deixavam subentendidas as características do mesmo, deixando a critério dos alunos a denominação e compreensão do conceito, além de possibilitar que fosse percebido o entendimento que possuem sobre o tema.

A utilização de questões objetivas e subjetivas de acordo com Gil (2010) proporcionará maior qualidade nos resultados obtidos, evitando que o estudo torne-se algo subjetivo ao pesquisador.

3.3 Procedimentos para Tratamento e Análise dos Dados

O tratamento e a análise de dados se deram de forma estatística descritiva, onde os resultados numéricos ilustram as respostas às questões subjetivas do questionário, como também as questões objetivas.

Inicialmente foram divididas as questões que caracterizavam o perfil do aluno das questões que caracterizaram o perfil do exercício do Controle Social por estes alunos em 3 variáveis, que correspondem às questões de número 2 a 11, como demonstrado no apêndice A. Estas foram separadas em 3 grupos temáticos que teriam por objetivo a análise de uma variável cada, sendo elas Controle Social, representado pelo grupo 1; utilização das TIC's no Controle Social pelo grupo 2 e utilização de outras ferramentas de Controle Social pelo grupo 3, cada grupo era composto por questionamentos específicos à sua variável. As respostas às questões abertas foram codificadas conforme as semelhanças das ideias, possibilitando que houvesse uma mensuração dos resultados obtidos para cada código, além de ter havido descrições dos relatos dos estudantes seguindo de suas análises.

As questões objetivas que forneceram dados quantitativos de fato, foram devidamente tabuladas através do uso da ferramenta do Excel e em seguida foram construídos gráficos que forneceram uma visão mais explícita dos resultados. Com base nisso, os dados foram analisados e interpretados, a fim de atingir um significado preciso das informações coletadas.

Posteriormente, o relatório foi redigido de forma a responder ao problema de pesquisa delimitado.

3.4 Caracterização do Local de Realização da Pesquisa

Para realização do estudo em questão, optou-se por delimitar o universo a ser analisado, a partir disso o estudo ocorreu no município de Caicó, localizado no estado do Rio Grande do Norte, considerado a principal cidade da região do Seridó, devido ao seu porte populacional, como demonstram os dados do IBGE (2014), seu território ocupa uma área de 1.228,583 km², o equivalente a 2,33% da superfície estadual, posicionando-o como o quinto município com maior extensão no estado e cuja população em 2014 era de 66.759 habitantes, o que a coloca como a sétima cidade mais populosa do estado, sendo a segunda mais populosa

do interior do Rio Grande do Norte, com uma densidade populacional de 51,04 habitantes por km².

O questionário foi respondido por 126 estudantes de ensino superior do campus da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no município, pertencentes aos 7 cursos oferecidos pela instituição, sendo eles Matemática, Pedagogia, História, Geografia, Ciências Contábeis, Direito e Sistemas de Informação de um total de 1.400 alunos, fornecendo, de acordo com a calculadora amostral online, uma amostra simples com nível de confiança de 90% e aproximadamente 7% de erro amostral, identificando através dos resultados obtidos se esta amostra exerce ou não o seu controle social a partir das TIC's, além de reunir as informações necessárias para que se possa atingir os objetivos específicos e geral traçados e responder ao problema de pesquisa delimitado.

A distribuição dos questionários entre os estudantes no campus da UFRN ocorreu de seguindo um número determinado de 18 questionários para cada curso, e os alunos foram escolhidos de maneira aleatória independentemente de qualquer outro critério, como período em que está cursando ou gênero, com o intuito de retratar com os resultados obtidos o cenário real da amostra.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Perfil dos estudantes

Neste tópico será caracterizado um breve perfil dos alunos universitários da UFRN no município de Caicó/RN que responderam ao questionário desta pesquisa com relação a faixa etária e ao gênero.

Como dito anteriormente, os alunos são pertencentes aos cursos de Ciências Contábeis, Direito, Geografia, História, Matemática, Pedagogia e Sistemas de Informação. Dentre os que responderam ao questionário 66% do total são mulheres e 34% são homens e a faixa etária está representada por 61,2% possuindo entre 17 e 23 anos, 27,2% entre 24 e 30 anos e 11,7% com mais de 30 anos. Conforme os gráficos abaixo, estão representados os percentuais totais de cada categoria dessa, bem como os percentuais relacionados de cada curso.

4.2 Perfil do exercício do Controle Social

A pesquisa visou identificar se os alunos universitários do campus da UFRN no município de Caicó/RN estão exercendo o Controle Social através das novas tecnologias e mensurar quais são e o nível de utilização dessas TIC's, além de verificar a percepção destes alunos acerca das demais práticas de execução do Controle Social. Para isso, foram elaboradas 11 questões abertas e fechadas no intuito de capturar relatos que respondessem a estes objetivos, sem que os estudantes recebessem algum tipo de informação prévia quanto ao conceito exato de controle social, sendo possível ser realizada a análise apenas dos conhecimentos que já possuíam sobre o tema. As perguntas e suas respectivas análises serão divididas a seguir em três grupos de acordo com o tema ou variável de cada.

4.2.1 Grupo 1: Controle Social

No primeiro grupo serão relatados os resultados encontrados para perguntas focadas na visão que os alunos possuem sobre execução do Controle Social em si, o que corresponde às questões 2, 3 e 4 respectivamente do questionário aplicado que está contido no apêndice B deste artigo.

Ao serem questionados sobre a importância do cidadão fiscalizar os atos públicos e o porquê desta importância ou não, a grande maioria dos estudantes relataram que consideram ser de total importância esta fiscalização e atrelaram isso ao fato de segundo eles, a Administração Pública lidar com as verbas adquiridas e o destino dado a elas, que pode ser ilustrado com o relato dado por uma estudante do Curso de Ciências Contábeis em que ela julga essa fiscalização ser “muito importante, visto que a população fiscalizando o que os gestores estão fazendo diminuem-se os riscos de uma má gestão e o dinheiro será aplicado de uma maneira adequada, para as suas reais necessidades.”, relato este que faz alusão ao conceito de Controle Social apresentado no artigo por Lock que defende que os cidadãos devem opinar sobre onde as verbas serão aplicadas identificando as prioridades da sociedade.

Quando perguntados se estão exercendo o controle social, fiscalizando e opinando sobre os atos públicos, 72,8% dos alunos responderam que não exercem este controle, enquanto que apenas 27,2% responderam sim ao questionamento.

Ao serem indagados sobre o que fazem para exercer este controle os estudantes da UFRN apontaram respostas que puderam ser agrupadas por ideias similares, técnica utilizada para reunir as respostas semelhantes dos universitários de forma a codificá-las e possibilitar

uma análise qualitativa e quantitativa. Sendo assim, na Tabela 1 constante no Apêndice B deste artigo são apresentados os percentuais destas respostas.

A tabela permite observar que mais de 51,5% dos estudantes que responderam o questionário, relataram que não acessam, buscam, pesquisam, ou acompanham algum site, noticiário, candidato ou qualquer tipo de informação para exercer o controle sob a Administração Pública e que esta resposta foi apresentada em todos os cursos com valores expressivos, como no de Matemática, que ocupa mais de 80% do total de respostas para este questionamento. Outro ponto importante pode ser visto no quesito “Procuro informações na internet” que corresponde a 24,3% das respostas dos estudantes, principalmente dos cursos de Direito, Geografia e Sistemas de Informação, o que demonstra que a internet é um destino procurado para viabilizar o exercício do controle social.

A partir da análise das respostas desse primeiro grupo de perguntas, chega-se a conclusão de que os alunos da UFRN julgam ser importante o exercício do controle social na Administração Pública, mas não o fazem de fato, alguns procuram manter-se informados sobre os atos públicos do Estado, mas pouco agem de forma a contribuir para a tomada de decisões visando o bem da coletividade. Também percebeu-se perante as respostas dos questionários, que eles se limitam à busca por informações apenas no período eleitoral, quando a fazem, esquecendo de manter esta atitude em conjunto com outras nos demais períodos que legitimem o exercício do controle social.

De acordo com Lock (2004) ao se isentar de contribuir enquanto cidadão para o bem da sociedade, está sendo deixado de lado um direito essencial do cidadão que é o de “decidir junto, de compartilhar a administração, opinar sobre as prioridades e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos” o que efetiva o controle social da Administração Pública.

4.2.2 Grupo 2: Utilização das TIC's no Controle Social

O segundo grupo aborda questões voltadas para as TIC's no exercício do Controle Social, visando identificar se os alunos as conhecem, se as utilizam, quais e a frequência com que as usam, correspondendo às questões 5, 6, 7 e 8 do questionário.

Quando questionados sobre conhecerem algum meio de informação, como portais do Governo, que servem para o cidadão fiscalizar e contribuir com a Administração Pública, 47,6% dos alunos responderam que conheciam, enquanto que 52,4% responderam que não conheciam nenhum meio que possibilitasse esse controle.

Ao responderem sim para este primeiro questionamento, posteriormente deveriam responder quais eram os meios de informação e portais que conheciam e o Portal da Transparência do Governo Federal foi citado pela grande maioria, outros alunos também citaram de forma menos expressiva os portais do Diário Oficial, Ministério da Fazenda, Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e Tribunal de Contas da União (TCU).

Entretanto quando questionados se utilizavam esses meios de informação e internet para fiscalizar e contribuir para os atos administrativos apenas 45,7% do total de estudantes responderam que utilizavam, enquanto que 54,3% não utilizam. Os que responderam sim a este questionamento deveriam ainda responder com que frequência utilizavam estes meios e 56,25% responderam que utilizavam com pouca frequência, 31,25% com frequência média e apenas 12,5% com muita frequência.

Com os resultados obtidos para este segundo grupo, observa-se que há uma queda no percentual das variáveis “conhece esses meios de informação” e “utilizam esses meios”, caracterizando que nem todos os que conhecem algum portal ou site fazem uso dos mesmos e quando o fazem em sua maioria, utilizam com pouca frequência. De acordo com Diniz (2000) a adoção do uso da internet pelo Governo traz muitos benefícios tanto para ele como para o cidadão, pois proporciona o aumento da qualidade do serviço oferecido eletronicamente e também gera economia, além de aumentar a transparência e em consequência democratizar o acesso às informações sobre os atos governamentais, sendo assim, os estudantes não estão aproveitando os avanços tecnológicos que o Estado já possui que oferecem ótimas ferramentas para exercer o controle social. Devido a esse comportamento, várias questões que deveriam ser discutidas, decididas e fiscalizadas em conjunto com a sociedade passam imunes a qualquer questionamento da mesma, como investimentos em projetos sociais e políticas públicas específicas, obras necessárias, destino de verbas públicas entre outros, que são decididos apenas pelos gestores, sem a participação ativa da sociedade.

4.2.3 Grupo 3: Utilização de outras ferramentas de Controle Social

No terceiro grupo buscou-se identificar se os estudantes universitários conhecem outras ferramentas que possibilitam o exercício do controle social que não fosse pelas TIC's, se utilizam ou já utilizaram, e quais foram, o que corresponde às questões 9, 10 e 11 do questionário.

A primeira pergunta deste grupo buscava identificar se os alunos conheciam outros meios de denunciar, fiscalizar e intervir nos atos da Administração Pública que não fosse por meio dos portais da internet disponíveis e 76,2% responderam que não conhecem nenhum outro meio de exercer o controle social enquanto que apenas 23,8% afirmaram conhecer e citaram em suas respostas de forma bem expressiva o Ministério Público Federal, que de fato atua diretamente nesta área e também foram citados de forma menos significativa a Controladoria Geral da União, que recebe além de denúncias, solicitações, sugestões, reclamações e elogios referentes aos serviços públicos federais em geral, que envolvam ações de agentes, órgãos e entidades e também foram citados a Polícia Federal e a Receita Federal.

A última pergunta do questionário visava identificar se os estudantes da UFRN já haviam participado de alguma outra forma nas decisões dos agentes públicos e na Administração Pública em si ou até mesmo efetuado denúncias e também buscava identificar como é o comportamento desses alunos diante de casos de desvios de verbas públicas ou outros crimes contra o Poder Público.

As respostas foram bastante amplas, englobando até outras discussões sobre o tema. Dentre os alunos que participaram da pesquisa, apenas 5 relataram que em casos como esses denunciaram e denunciariam novamente, enquanto que os demais relataram que não fazem nada quando ficam sabendo de alguma irregularidade, outros disseram que compartilham as suas opiniões em redes sociais e com os amigos, além de também buscarem e compartilhar informações.

Uma quantidade expressiva também alegou que eram tomados pela indignação, mas não tomavam nenhuma atitude em relação a esses atos por não acreditarem que os envolvidos seriam punidos, como relatado por uma aluna do curso de Matemática que respondeu a esta questão dizendo que ficava indignada “pois as coisas acontecem, são denunciadas, muitas vezes provadas e no final tudo termina em pizza. A população de bem, honesta é quem paga por tudo”. Esta atitude dos estudantes de indignação mas de se abster de lutar por seus direitos, coincide com o pensamento de Baquero e Baquero (2007) que defendem que a democracia não se torna válida exclusivamente por seus próprios valores, pois, as cobranças ao Estado são amplas enquanto que a participação das pessoas nas atividades da Administração Pública são reduzidas.

Por último, alguns estudantes também alegaram que por não saber como denunciar acabavam sendo passivos a essas situações.

Por meio dos resultados obtidos com as questões deste grupo, foi possível verificar a percepção dos alunos perante as práticas de execução do Controle Social, elencando o que eles estão fazendo ou não, além de exibir o pensamento que possuem sobre tal execução.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Controle Social vem sendo definido ao longo deste artigo como algo além de um direito e um dever, mas sim como uma ferramenta e uma forma de tornar os cidadãos mais do que espectadores e sim partes integrantes de todo o funcionamento do Estado, visando sempre interferir e opinar sobre os atos públicos tendo em vista o bem da coletividade.

Assim, esse trabalho teve como objetivo geral analisar a participação dos estudantes universitários do campus da UFRN no município de Caicó/RN sob o exercício do Controle Social através das TIC's e como objetivos específicos visou identificar se os alunos universitários do município de Caicó/RN estão exercendo o Controle Social através das novas tecnologias, descobrir quais são e o nível de utilização dessas TIC's, além de retratar a percepção destes alunos acerca das práticas de execução do Controle Social.

A partir da análise dos resultados é possível observar que os estudantes conhecem poucos sites utilizados para o exercício controle, sendo que o mais citado foi o Portal da Transparência, mas utilizam este e os demais portais citados de forma menos expressiva com pouca frequência. Não conhecem outras formas de execução do Controle Social, logo não as utilizam e julgam ser muito importante este controle, mas não o exercem efetivamente limitando este ato apenas à procura por informações e pesquisas sobre candidatos no período eleitoral.

De acordo com os relatos dos estudantes, percebe-se um sentimento de impunidade dos políticos em relação às irregularidades apontadas no país, o que acaba causando uma descrença sob o poder que os cidadãos possuem perante o Estado.

Também ficou claro que a maioria não conhece os órgãos fiscalizadores e suas atribuições e muitas vezes também não sabem como devem proceder para efetuar uma denúncia ou participar ativamente nas decisões governamentais, o que evidencia a necessidade de se haver uma campanha de conscientização mais intensa a fim de que informações que sanem estas lacunas cheguem a mais pessoas e dessa forma possam se disseminar em toda sociedade.

A partir dos resultados obtidos também foi possível responder ao problema de pesquisa elencado para este artigo, tendo em vista que de acordo com o que foi caracterizado, os estudantes universitários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte do município de Caicó/RN não estão exercendo o seu Controle Social a partir da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação disponíveis, e mais ainda, não o exercem de fato também através de outros meios.

Para que estas atitudes de se manter alheio à coisa pública sejam modificadas, faz-se necessário um incentivo à mudança cultural dos cidadãos brasileiros, e talvez o âmbito acadêmico seja o mais indicado para disseminar este ideal, a partir de séries mais baixas até que seja formado o senso crítico mais voltado e preocupado com o exercício do controle social.

Como sugestões de melhorias para esta pesquisa indica-se que a mesma seja expandida para outras áreas da sociedade, visando assim traçar o mapa do exercício do controle social, seja nas esferas municipal, estadual ou federal, para que assim fique mais claro para a Administração Pública onde deve ser mais atuante e onde devem ser mantidas as práticas de conscientização já existentes e outras que possam vir a surgir.

SOCIAL INFORMATION CONTROL: AN ANALYSIS OF THEIR EXECUTION IN THE ACADEMIC AMBIT OF THE COUNTY OF CAICÓ/RN

ABSTRACT

In the midst of troubled political situation of Brazil, is observed the need to perform more actively the social control, control this that puts citizens as active in making and oversight of public events, seeking the collective good and that has become more simplified from the use of Information Technology. Subtending that in the academic critics senses citizens are shaped, this research sought to analyze whether and how the university campus students of the Federal University of Rio Grande do Norte in the Caico / RN municipality are exercising their social control from the use of available Information and Communication Technologies, and portray what they are and the level of use of ICT's, as well as perception of students about other implementing practices of social control. For that were used as research technique structured questionnaires with open and closed questions. From the data analysis it was possible to identify the social control through ICT is not being exercised, and also is not being practiced by other means, which means that citizens who responded to the survey are not exercising their citizenship showing the need for encouraging cultural change thereof for not keeping up unrelated to public affairs.

KEYWORDS: Social Control. Democracy. Citizenship. Public Administration. Information and Communication Technology.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Isaac de Souza. **Controle Social na Administração Pública Municipal**. 2013. 15f. TCC (Especialização em Gestão Pública) - Sistema de Educação a Distância na Unisul - Universidade do Sul de Santa Catarina.

AYRES, C. B. A administração pública brasileira e as vicissitudes do paradigma de gestão gerencial. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 51, p. 29-52, 2006.

BARACCHINI, S. A. A inovação presente na administração pública brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 104-109, abr./jun. 2002.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. Capital Social e Empoderamento no Desenvolvimento Social: Um Estudo com Jovens. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 13(1):47-64, jan.-jun./2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 75/2013 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

_____. Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública. Programa Gespública - Participação e Controle Social: Instrumentos jurídicos e mecanismos institucionais; Brasília; MP, SEGEP, 2013. Versão 1/2013.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **Do estado patrimonial ao gerencial**. In Pinheiro, Wilhelm e Sachs (orgs.), Brasil: Um Século de Transformações. S.Paulo: Cia. Das Letras, 2001: 222-259.

DINIZ, Eduardo H. **Uso do comércio eletrônico em órgãos do governo**. EAESP/FGV/NPP — Núcleo de Pesquisas e Publicações 1/100, Relatório de Pesquisa n. 18, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE. 2014. **Cidades – Rio Grande do Norte – Caicó**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=240200>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

LOCK, Fernando do Nascimento. **Participação Popular no Controle da Administração Pública: um estudo exploratório**. Revista Eletrônica de Contabilidade: Curso de Ciências Contábeis UFSM, Santa Maria - RS, v. 1, n. , p.122-133, 01 set. 2004. Trimestral.

LOUREIRO, Patrícia. **A cidadania da União Europeia: mito ou realidade?** In: SOUSA, Mônica Teresa Costa e LOUREIRO, Patrícia (Org.). Cidadania. Novos temas, velhos desafios. Ijuí: Unijuí, 2009. p. 175.

MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Disponível em: <<http://www.moodle.ufba.br/mod/resource/view.php?id=48419>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, vol. 45, n. 1, p. 36-49, Jan./Mar. 2005.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Controle Social**. Brasília – DF. 2014. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/controleSocial/>> Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. **Controle Social – Órgãos de fiscalização**. Brasília – DF. 2014. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/controleSocial/OrgaosFiscalizacao.asp>> Acesso em: 29 nov. 2014.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2003. p. 76-97. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/pt/upload/com_arquivo/metodologia_de_pesquisa_aplicavel_as_ciencias_sociais>. Acesso em: 14 nov. 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Do Contrato Social**. 1ª ed. Campinas/SP: Russell Editores, 2006. 153 p. Tradução de Ricardo Rodrigues Gama.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral: calculadora on-line**. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

SILVA, Adival do Carmo. **Evolução da administração pública no Brasil e tendências de novos modelos organizacionais**. ICE – Cuiabá – 2013.

SZEREMETA, Jerzy. Participação Genuína na Era da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC). **Gestão pública e participação / Fundação Luís Eduardo Magalhães. – Salvador: FLEM, 2005. 192p. (Cadernos FLEM, 8)**. 20ª ed. Cap. III. Disponível em :

<<http://www.flem.org.br/paginas/cadernosflem/pdfs/CadernosFlem8-VersaoCompleta.pdf>> Acesso em 25 nov. 2014.

TAVEIRA, Adriana do Val Alves. **Democracia e Cidadania no Contexto Atual**. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás. V. 33, n. 1, p. 129-138, jan. / jun. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ufg.br/index.php/revfd/article/view/9805>>. Acesso em 06 dez. 2014.

APÊNDICE A – QUADRO 1: MECANISMOS DE EXECUÇÃO DO CONTROLE SOCIAL

Mecanismos de Execução do Controle Social	Descrição
Conselhos de Políticas Públicas	Conselhos são espaços participativos, que podem ser tanto consultivos como deliberativos, compostos por representantes do poder público e da sociedade civil, e têm como finalidade fiscalizar a atuação e delinear as linhas de trabalho. São exemplos os Conselhos de Assistência Social, do Idoso, da Saúde.
Conferências de Políticas Públicas	São eventos em que a sociedade é convidada a debater determinada política pública, opinando sobre a condução daquela e as ações que englobarão aquele plano.
Ouvidorias Públicas	A ouvidoria tem por objetivo, oferecer soluções para os cidadãos além de receber sugestões e críticas dos mesmos visando o aprimoramento do serviço prestado pelo órgão público respectivo.
Audiências Públicas	As audiências públicas são reuniões nas quais a sociedade é convidada a debater sobre aspectos de uma determinada política ou assunto.
PPA's Participativos	A partir do Plano Plurianual o governo declara e organiza sua atuação, a fim de elaborar e executar políticas públicas necessárias e isso permite que a sociedade tenha um maior controle sobre as ações concluídas pelo governo.

Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

APÊNDICE B – TABELA 1: O QUE FAZEM PARA EXERCER O CONTROLE SOCIAL

O QUE FAZEM PARA EXERCER O CONTROLE SOCIAL								
CURSOS	Ciências Contábeis	Direito	Geografia	História	Matemática	Pedagogia	Sistemas de Informação	Total
RESPOSTAS								
Acesso sites do governo	0,0 %	0,0 %	6,7 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	1,0 %
Acompanho noticiários políticos	0,0 %	0,0 %	13,3 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	6,7 %	2,9 %
Busco vários tipos/fontes de informações	35,7 %	30,8 %	6,7 %	20,0 %	0,0 %	46,7 %	0,0 %	19,4 %
Pesquise meus candidatos antes de votar	0,0 %	7,7 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	1,0 %
Procuro informações na internet	7,1 %	46,2 %	26,7 %	20,0 %	18,8 %	13,3 %	40,0 %	24,3 %
Não acesso/busco/pesquisa/acompanho nenhum site, noticiário, candidato ou informação	57,1 %	15,4 %	46,7 %	60,0 %	81,3 %	40,0 %	53,3 %	51,5 %

Fonte: Elaborada pelo autor (2015).

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DA UFRN

1. Identificação do aluno:
 - Gênero: Masculino Feminino
 - Idade: 17 a 23 24 a 30 Mais de 30
 - Curso: Pedagogia História Geografia Matemática
 Direito Sistemas de Informação Ciências Contábeis
2. Para você, é importante o cidadão fiscalizar e opinar sob os atos públicos? Por quê?
3. Você, na qualidade de estudante universitário, exerce o controle (fiscalizando e opinando) dos atos administrativos?
 Sim Não
4. O que você faz para exercer este controle?
5. Você conhece algum meio de informação, como portais do Governo, que servem para o cidadão fiscalizar e contribuir para a Administração Pública?
 Sim Não
6. Se conhece, quais são?
7. Você utiliza esses meios de informação e internet para fiscalizar e contribuir para os atos administrativos?
 Sim Não
8. Se utiliza, com que frequência as usa?
 Muita frequência Frequência média Pouca frequência
9. Você conhece outros meios de representação (denúncia) aos órgãos competentes para fiscalizar e intervir nos atos dos agentes públicos, que não sejam através dos portais e sites da internet?
 Sim Não
10. Se conhece, quais são?
11. Você já os utilizou ou fez uso de outra forma de denunciar e participar nas decisões desses agentes públicos? Se sim, quais?